

Lei Complementar Nº31/2015

“Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 30/2015, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino e dá outras providencias.”

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina - SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - O disposto no parágrafo único do artigo 19; o§ 4º do artigo 30; o inciso IV do art. 31; o § 2º do artigo 33 e o *caput* do artigo 53, todos da Lei Complementar Nº 30/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“... ”

Art. 19 (...)

Parágrafo Único: O período de revisão, a data de entrada e o tempo de vigência do Plano Municipal de Educação, bem como o período e os mecanismos de avaliação dos mesmos pela comunidade escolar, deverão ser definidos por regulamentação própria.

Art. 30 (...)

§ 4º. Para os alunos do 1º ao 5º ano, que bimestralmente não atingiram a média, e que percebe-se que o processo ensino-aprendizagem esteja comprometido e que os direitos de aprendizagem não estejam sendo atingidos, o professor deverá:

- a) Registrar no diário, seja online ou escrito, as dificuldades encontradas por esse aluno;***
- b) Chamar os pais e conscientizá-los juntamente com gestores educacionais e Equipe Pedagógica das dificuldades desse aluno, registrando em ata a reunião e as medidas a serem tomadas, que deverá ter assinatura de todos os presentes;***
- c) Encaminhar a cópia desta ata à Secretaria Municipal de Educação.***

Art. 31 (...)

IV - O aluno que não alcançar rendimento, conforme incisos II e III deste artigo, em até duas disciplinas, terá direito à progressão ou não, a ser decidida pelo Conselho da Escola, conforme consta no Artigo 28 dessa Lei e estabelecido no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 33 (...)

§ 2º Nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, para estudantes matriculados no 2º, 3º, 4º e 5º ano que apresentam defasagem de aprendizagem nas habilidades de leitura, produção textual e cálculo.

Art. 53 Da decisão da Secretaria Municipal da Educação de Angelina, citada no art. 52, inciso II, caberá pedido de reconsideração ao CME - Conselho Municipal de Educação.

...”

Art. 2º. Ficam excluídos o § 2º do artigo 13 e o § 1º do artigo 35 da Lei Complementar 30/2015.

Art. 3º. Ao artigo 32 da Lei Complementar Nº 30/2015, será acrescido o § 4º, sendo também modificada a redação do § 3º, na qual terão a seguinte redação:

“...

Art. 32 (...)

§ 3º Ter-se-á como reprovado o aluno com média anual inferior a três (3);

§4º ter-se-á como reprovado o aluno que não alcançar no mínimo quatorze (14) pontos no exame final, aplicada à fórmula prevista no parágrafo anterior.

...”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 11 de Setembro de 2015.

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal